

| | |
|---|-------------------------|
| Assembleia da República Gabinete do Presidente | |
| N.º de Entrada | 291056 |
| Classificação | |
| 05/03/21 | |
| Data | ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA |
| 08/12/19 | |



Por determinação de SEOPAR, à
Sra. Secretária da Mesa

08.12.22

[Handwritten signature]



REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 827 / x (4ª)

Assunto: **Passagem de nível de S. Pedro do Estoril, concelho de Cascais**

Destinatário: **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

| |
|----------------------|
| Expeça-se |
| Publique-se |
| 23 12/2008 |
| Q Secretária da Mesa |
| <i>Recorre</i> |

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Ao longo do percurso da linha ferroviária de Cascais, e ao cabo das várias obras de supressão de passagens de nível, subsistem hoje passagens de nível em S. Pedro e S. João do Estoril, no concelho de Cascais.

No caso concreto de S. Pedro do Estoril, após obras realizadas pela REFER em 2005, foi retirada a guarda da passagem de nível, o que veio aumentar em muito os problemas de segurança no atravessamento da via ferroviária neste local.

Esta situação teve como trágico resultado a morte de várias pessoas naquele local, em Maio e Novembro deste ano, tendo voltado a acontecer há poucos dias um trágico acidente que ceifou mais uma vida humana.

Fomos aliás informados que, em acta da reunião da Câmara Municipal de Cascais de 20/05/2008, foi mesmo afirmado pelo presidente da autarquia que a REFER teria exigido contrapartidas de natureza imobiliária na envolvente das estações e em terrenos municipais, para proceder à construção de passagens inferiores em S. Pedro e em S. João do Estoril.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, o seguinte:

1. Quando será de uma vez por todas resolvida pelo Governo esta inaceitável situação de alto risco, que se tem saldado pela perda de vidas humanas e que continua num incompreensível quadro de impasse?
2. Como explica o Governo que todo este atraso na resolução deste problema possa ter na sua origem uma lógica de contrapartidas e negócios imobiliários?

Assembleia da República, 19 de Dezembro de 2008.

Os Deputados:

Bruno Dias
Bruno Dias

Miguel Tiago
Miguel Tiago